



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

2.º SUPLEMENTO

IMPrensa Nacional de Moçambique

AVISO

A matéria a publicar no «**Boletim da República**» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: Para publicação no «**Boletim da República**.»

SUMÁRIO

Assembleia da República:

Lei n.º 8/2005:

Autoriza o Governo a aprovar o regime jurídico das associações agro-pecuárias.

Lei n.º 9/2005:

Autoriza o Governo a introduzir as alterações ao Código do Processo Civil.

Lei n.º 10/2005:

Autoriza o Governo a introduzir as alterações ao Código Comercial

Lei n.º 11/2005:

Autoriza o Governo a aprovar o regime jurídico do registo comercial, a criar o registo de entidades legais, revogar a legislação vigente sobre a matéria e a proceder à adaptação da legislação complementar.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Lei n.º 8/2005

de 23 de Dezembro

Havendo necessidade de definir o regime jurídico para a constituição e funcionamento das associações agro-pecuárias, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 179 e no artigo 180, ambos da Constituição da República, a Assembleia da República determina:

ARTIGO 1

(Objecto)

É autorizado o Governo a aprovar o regime jurídico das associações agro-pecuárias.

ARTIGO 2

(Sentido e extensão)

1. O regime jurídico a definir para as associações agro-pecuárias deve ter em conta a realidade dessas organizações, simplificando os respectivos procedimentos administrativos.

2. Na definição do regime jurídico das associações agro-pecuárias, o Governo deve fixar as normas relativas a:

- noção legal de associações agro-pecuárias;
- aquisição de personalidade jurídica, a constituição e o reconhecimento;
- registo das associações agro-pecuárias;
- estabelecimento dos requisitos para os membros;
- uniões e agrupamentos.

ARTIGO 3

(Duração)

A presente autorização legislativa tem a duração de 180 dias, contados a partir da data da sua entrada em vigor.

ARTIGO 4

(Entrada em vigor)

A presente Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Aprovada pela Assembleia da República, aos 20 de Dezembro de 2005.

O Presidente da Assembleia da República, *Eduardo Joaquim Mulémbwè*.

Promulgada em 23 de Dezembro de 2005.

Publique-se.

O Presidente da República, ARMANDO EMÍLIO GUEBUZA.

Lei n.º 9/2005

de 23 de Dezembro

Havendo necessidade de adequar o Código do Processo Civil ao imperativo de celeridade e eficácia da justiça, aos princípios constitucionais de igualdade entre homem e a mulher,